

## **Gestão do Desenvolvimento de Territórios Pós/Pandemia: descortinando impactos das dissertações profissionais no PDGS<sup>1</sup>**

**Claudiani Waiandt, Solange Oliveira Leite, Iago Itã de Almeida Pereira e Mayra Ferreira Mezzomo**

### **Resumo**

O artigo apresenta as contribuições das pesquisas científicas dos estudantes no âmbito do Mestrado em Desenvolvimento e Gestão Social do Programa de Desenvolvimento e Gestão Social para a resolução de problemas na sociedade pós/pandêmica. O ensaio foi realizado a partir de pesquisa bibliográfica e de campo. Verificou-se que as tecnologias desenvolvidas contribuem para os territórios durante e pós pandemia, trazendo solução para distintos problemas: investimento em propriedades agrícolas arrendantes de terra para instalação de geradores em parques de energia eólica no semiárido baiano, manejo de estresse para servidores públicos da segurança pública e gestão de organizações culturais populares baianas. Cada dissertação apresenta uma tecnologia de Gestão Social que possui impacto regional e possibilidade de replicabilidade em outros territórios. Além disso, foram desenvolvidas a partir da combinação de conhecimentos de diferentes áreas com a colaboração de diferentes atores sociais.

### **Palavras-chave**

Metodologia de Pesquisa. Tecnologias de Gestão Social. Inovação Social. Gestão Social. Desenvolvimento.

### **Abstract**

The article presents the contributions of students' scientific research in Development and Social Management of the Development and Social Management Master's Program to solve problems in post/pandemic society. The essay was carried out from bibliographic and field research. It was found that the developed technologies contribute to the territories during and after the pandemic, providing solution to different problems: investment in agricultural properties leasing land to install generators in wind energy parks in the semiarid region of Bahia, stress management for public security employees and management of popular Bahian cultural organizations. Each thesis presents a social management technology that has regional impact and the possibility of replicability in other territories. In addition, they

were developed from interdisciplinary knowledge based on intersectoral collaboration.

**Keywords**

Research Methodology. Social Management Technologies. Social Innovation. Social Management. Development.

## INTRODUÇÃO

O debate sobre a natureza dos mestrados profissionais é um desafio que se impõe numa Academia que se consolidou a partir de uma cultura que valoriza o rigor teórico metodológico (BERTERO; CALDAS; WOOD Jr., 1999; MASCARENHAS; ZAMBALDI; MORAES, 2011; MENDONÇA NETO; VIEIRA; OYADOMARI, 2019) em detrimento da relevância e do impacto social do conhecimento produzido.

Os mestrados profissionais buscam capacitar profissionais qualificados para o exercício da prática profissional de procedimentos; transferir conhecimento para a sociedade, atendendo demandas específicas e de arranjos produtivos com vistas ao desenvolvimento; promover a articulação integrada da formação profissional com entidades demandantes, visando melhorar a eficácia e a eficiência das organizações por meio da solução de problemas e geração e aplicação de processos de inovação apropriados; e, contribuir para agregar competitividade e aumentar a produtividade em organizações públicas e privadas (BRASIL, 2009).

Apesar da natureza predominantemente pragmática de sua contribuição, percebe-se ainda uma dificuldade em equilibrar o rigor científico da produção acadêmica com as contribuições que os resultados das pesquisas podem agregar à sociedade. Buscando contribuir para esse debate, este artigo, fruto da participação do Congresso da UFBA 2020, tem o objetivo de apresentar as contribuições de três pesquisas dos estudantes no âmbito do Mestrado Interdisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social (MIPDGS) do Programa de Desenvolvimento e Gestão Social (PDGS) para a resolução de problemas na sociedade pós/pandêmica.

A apresentação dos resultados destas pesquisas e a discussão sobre a sua contribuição para a sociedade é importante, pois contribui para vislumbrar e compreender a relevância social das propostas desenvolvidas em programas profissionais na universidade, quando os estudantes pesquisadores desenvolvem metodologias mais engajadas com as organizações, sejam públicas, privadas ou da sociedade civil, promovendo interação com os atores sociais no campo e construindo soluções (muitas vezes de forma colaborativa) para os problemas diagnosticados. Assim, este trabalho contribui para desmistificar o foco do rigor teórico metodológico das pesquisas em mestrados profissionais, a partir da discussão do potencial transformador da sociedade a partir da resolução dos problemas sociais e da construção das aplicações ou tecnologias.

A pesquisa foi realizada predominantemente pela análise documental e revisão da literatura sobre os mestrados profissionais, relevância social e impacto social. Os casos foram construídos a partir das pesquisas dos estudantes de mestrado no programa e utilizam uma série de técnicas e instrumentos distintos em cada pesquisa.

O artigo está organizado em quatro seções. Após esta introdução, apresenta-se o itinerário metodológico do MIPDGS, descrevendo suas atividades e relacionando com a construção das tecnologias das dissertações; após, descreve-se as três pesquisas e suas contribuições para a sociedade pós/pandemia; e, finalmente, realiza-se um debate com reflexões sobre o impacto social destas tecnologias.

## **ITINERÁRIO METODOLÓGICO DO MESTRADO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO PÚBLICA**

O Programa de Desenvolvimento e Gestão Social (PDGS) é pioneiro no ensino, pesquisa e extensão sobre o campo de gestão social do desenvolvimento, sendo criado em 2001, após mais de 15 anos de pesquisa e extensão do Núcleo de Estudos de Poder Local na Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (EA/UFBA). Em 2005, integrou-se ao Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social (CIAGS), com objetivo de formar gestores sociais do desenvolvimento territorial, a partir da criação e testagem de modelos de formação apoiados em perfis de competência (FISCHER *et al.*, 2010).

Essa produção artesanal e processo de construção coletiva resultou na oferta do Mestrado Interdisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social (MIPDGS), em 2006. Passados 14 anos, já foram titulados cerca de 160 mestres que desenvolveram projetos de impacto social para a sociedade brasileira. A gestão social do desenvolvimento é concebida como um processo de produzir ações para resolução de problemas relacionados ao interesse público em territórios. Para Fischer (2012), a gestão social orientada para e pelo desenvolvimento é:

[...] forjada por interorganizações que refletem os interesses plurais das instituições que operam no espaço público. Governo local, empresas e organizações sociais se articulam dentro de uma trama singular de interesses criando modelos de ações coletivas, traduzidos em desenhos organizativos complexos, [...] (FISCHER, 2002, p. 23 *apud* FISCHER, 2012, p. 15).

Assim, o campo da gestão social do desenvolvimento é marcado pelo hibridismo e contradição que pressupõem articulações, pactos e alianças; além disso, é orientado por valores e pela ética da responsabilidade (RAMOS, 1989), atendendo aos imperativos da eficácia e eficiência organizacional (FISCHER, 2012). A relação de imbricação entre desenvolvimento como processo e território como ancoragem resgata as concepções de desenvolvimento sustentável de Ignacy Sachs, ressaltando as dimensões sociais, ambientais, culturais, econômicas e espaciais que compõem o desenvolvimento territorial (SACHS, 2007).

Desde sua criação, o programa enfrenta um duplo desafio (FISCHER *et al.*, 2010): ser interdisciplinar e profissional. A interdisciplinaridade impacta na construção dos problemas de pesquisa dos estudantes no mestrado e requer uma conversação entre áreas distintas (de classes diferentes) de conhecimento. A seleção de discentes formados em diferentes áreas (por exemplo, na turma 7 do Mestrado, Ciências Sociais, Serviço Social, Engenharia Sanitária e Ambiental, Ciências Econômicas, Educação Física, Enfermagem, Química, Comunicação Social, Direito, Ciências Contábeis e Pedagogia) e a diversidade de formação dos professores docentes orientadores no curso promovem a construção de problemas complexos que requerem conhecimento e integração de mais de uma área do conhecimento, contribuindo para o avanço das fronteiras da ciência e tecnologia.

O segundo desafio é ser profissional. No programa, os estudantes, além de diagnosticar o problema socioterritorial em suas pesquisas científicas, buscam desenvolver tecnologias que possam ser replicadas pela e na sociedade para resolução de problemas do desenvolvimento territorial. Para enfatizar a questão profissional, o PDGS realiza um processo seletivo que destaca o exercício profissional dos candidatos, principalmente na área da gestão, nos seus critérios de seleção nos cursos. A aproximação com a sociedade e o cotidiano inter/organizacional é facilitada por atividades no curso, como Residência Social e Residência Docente, as quais promovem uma experiência prática substancial que aproxima o estudante do cotidiano organizacional e da prática educacional, desenvolvendo competências importantes para a sua atuação. A participação de profissionais nas bancas de qualificações e de defesa das dissertações dos estudantes, além de professores doutores, colabora para refletir sobre a relevância social das propostas.

É importante ressaltar que o objetivo principal dos trabalhos de conclusão de um curso de mestrado profissional não é criar conhecimento “teórico-metodológico”, embora ainda o faça, visto que a interdisciplinaridade provoca uma reflexão do conhecimento a partir de diferentes tipos de áreas que precisam conversar entre si para atender à natureza múltipla de fenômenos complexos, o que pode resultar em teorias e metodologias inovadoras com graus crescentes de intersubjetividade. Apesar da importância do conhecimento teórico-metodológico, o foco do mestrado profissional é a solução de problemas complexos com a geração de processos de inovação, demandada por organizações públicas, privadas e da sociedade civil. Neste percurso de construção, é que emergem as tecnologias propostas pelos estudantes, os quais, em grande medida, utilizam conhecimentos teórico-metodológicos e conhecimentos do cotidiano para desenvolvê-las.

O MIPDGS desenvolve suas atividades de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico desde o primeiro semestre do curso, por meio de várias atividades como: aulas de metodologia, residência social, seminários de apresentação dos projetos de pesquisa e qualificação, orientação acadêmica e defesa da dissertação. Além deste itinerário metodológico, as próprias disciplinas desenvolvem atividades de pesquisa e extensão focadas nos conteúdos programáticos do curso.

O ensino de metodologia científica e tecnológica é distribuído a cada semestre com aulas presenciais e atividades de pesquisa e extensionistas. A construção do projeto de pesquisa

inicia-se com a apresentação da proposta de projeto submetida ao programa durante o processo de seleção com a discussão sobre os seus limites e possibilidades, bem como com a apresentação das diretrizes dos trabalhos de conclusão de curso em mestrados profissionais. Nesta discussão, reflete-se sobre a criação da tecnologia de gestão social para o desenvolvimento, destacando a sua viabilidade e o seu impacto social, mais especificamente, no território em que será desenvolvida. Nesta fase, também se conjectura as aspirações profissionais dos estudantes com a realização do mestrado e como essa tecnologia pode impactar as suas carreiras profissionais.

Durante as aulas de metodologia de pesquisa (atividade de Pesquisa e Intervenção), foi criado o termo Tecnologia de Gestão Social (TGS), o qual consiste em um processo gerencial (planejamento, organização, execução, direção, controle e avaliação) e/ou um produto (instrumento, técnica, ferramenta, organização), desenvolvido e/ou aplicado na interação com o território e apropriado por ele, com o objetivo de transformar a realidade social, promovendo o desenvolvimento territorial (WAIANDT; DAVEL, 2015). Este termo passou a ser utilizado nas últimas turmas do mestrado.

Outra atividade realizada, normalmente, a partir do segundo semestre, é a Residência Social (RS), uma atividade de imersão do estudante, durante cerca de 30 dias, em uma organização, projeto ou programa relacionado com seu interesse de pesquisa. A RS é uma metodologia transversal de formação em gestão social, cujo conceito “foi utilizado inicialmente por Fischer (2001) e integrou a proposta do programa” (SCHOMMER; FRANÇA FILHO, 2010). Fischer *et al.* (2006) destacam a tripla natureza da RS: técnico-profissional, acadêmica e existencial.

A primeira está relacionada ao conhecimento através da prática, da necessidade de resolver problemas de gestão. A segunda diz respeito à dimensão de pesquisa (exigindo rigor científico para sua elaboração) presente na experiência onde o sujeito confronta-se com a necessidade de conhecer sua realidade enquanto objeto de estudo e cujo resultado assumirá a forma de uma análise organizacional. Finalmente, o caráter existencial de tal prática relaciona-se à experiência de imersão do sujeito numa realidade que lhe é estranha, permitindo a expansão do seu olhar sobre o mundo e suscitando questionamentos sobre sua própria forma de encará-lo, gerando, desta forma, a oportunidade também para reflexão a partir de erros, conflitos e “desilusões”, o que costuma criar novas possibilidades de aprendizagem (FISCHER *et al.*, 2006, p. 2).

Assim, a tecnologia de ensino possibilita a articulação do conhecimento produzido na universidade com os saberes presentes na sociedade; promove o desenvolvimento de competências profissionais durante a experiência; permite a criação de redes de relacionamento; e possibilita a observação ou mesmo criação de tecnologias (práticas de gestão) e de conhecimentos relacionados ao objeto de pesquisa. Essa imersão também proporciona uma experiência profissional importante, pois, a interação do estudante com a gestão da acolhedora e suas demandas pode produzir mudanças significativas para a prática profissional. A imersão pode ser tão impactante que resulta na própria redefinição profissional e mudança de carreira. No mestrado, essa experiência dá-se principalmente no

exterior, embora o Brasil pareça, muitas vezes, muito mais adequado para determinados tipos de problemas sociais. Com a pandemia, por causa das medidas de isolamento, o programa tem construído atividades inovadoras com os estudantes (com atividades não presenciais) para concluir a imersão da RS com distanciamento.

Na sétima turma do mestrado, foi realizado um laboratório de discussão dos projetos com a participação de professores e profissionais convidados. Essa experiência teve uma avaliação muito positiva, pois possibilitou uma avaliação coletiva dos projetos, quando se refletiu sobre a contribuição das propostas para a sociedade e a viabilidade das tecnologias. Esse tipo de atividade possibilita a articulação do conhecimento produzido no programa com a sociedade, além de apreciar a demanda das organizações públicas, privadas e da sociedade civil para com a universidade.

No final do terceiro semestre, os estudantes participam do seminário de qualificação dos projetos de dissertação, quando são avaliados por uma banca de professores doutores com a presença de um profissional que tenha relação com o objeto de pesquisa do estudante. Este profissional pode ser um funcionário da organização, um consultor da área, um representante da sociedade civil etc., com saberes específicos sobre o problema da dissertação e que consiga avaliar a importância e a viabilidade da tecnologia proposta. Após a qualificação, o estudante defende a proposta final da dissertação profissional para a banca avaliadora, também composta por um profissional da área da proposta.

O formato do Trabalho Final do Curso ou a dissertação profissional foi ampliado a partir da Portaria Normativa n. 17, de 28 de dezembro de 2009 (BRASIL, 2009), possibilitando ao MIPDGS novas formas de apresentação das tecnologias de gestão social. Todavia, o que se percebe é que a maioria dos estudantes no programa escreve uma dissertação. Em alguns casos, além da dissertação, o estudante apresenta algum outro tipo de produção (por exemplo, Jatobá escreveu a dissertação, um livro e criou um *site* de Gestão Colaborativa de Teatros; e, Soares escreveu a dissertação, uma cartilha e produziu vídeos sobre Mestres de Artes e Ofícios Populares). Normalmente, os trabalhos de conclusão de curso profissional seguem o mesmo regulamento dos cursos acadêmicos das universidades e as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Na sétima turma do MIPDGS, os estudantes vêm desenvolvendo diferentes tecnologias, como: Simulador para comercialização e aprendizagem em negócios de cafés especiais, Programa de assistência às pessoas com HIV/AIDS, Sistema de Monitoramento das Violações de Direitos Humanos, Modelo de Gestão Dialógica de Projetos Socioambientais, Modelo de diagnóstico da implementação da política de assistência estudantil, Núcleo estruturado de Inteligência Penitenciária, Metodologia de avaliação para organizações culturais populares, Estratégias de Gestão com base na Economia Plural e da Participação Popular (Lojas Solidárias), Metodologia de ensino-aprendizagem para desenvolvimento de turismo criativo, Metodologia de Gestão para plataformas de qualificação empresarial (Merc' Afro), Estratégias para a interiorização do policiamento frente à violência doméstica e familiar contra a mulher, Gamificação e desenvolvimento de competências profissionais para os operários da Construção Civil, Instrumento de avaliação dos impactos de estresse

ocupacional e qualidade de vida no trabalho na área de Segurança Pública, Rede de relacionamento entre investimento social privado e organizações da sociedade civil, Gestão do *Accountability* nas Organizações Sociais do Setor de Saúde (OSS), Modelo de Avaliação de Investimento na Propriedade Agrícola em parques de energia eólica, e Estratégia de inserção profissional para usuários de drogas com base nas práticas de redução de danos físicos e sociais. As dissertações **são construídas** a partir de conhecimento de diferentes áreas – Administração, Assistência Social, Direito, Psicologia, Educação, Psicologia etc. – relacionadas à gestão social do desenvolvimento.

Os Trabalhos de Conclusão de Curso do mestrado são disponibilizados de forma pública no Labor (<[www.labor.ufba.br](http://www.labor.ufba.br)>), plataforma em que podem ser pesquisadas as tecnologias desenvolvidas no âmbito do programa. Em síntese, o que se percebe é que o processo de pesquisa realizado de forma mais reflexiva com o território acaba por gerar uma série de tecnologias durante a construção da pesquisa que contribuem para a solução de problemas complexos em nossa sociedade, principalmente neste período de pandemia. Nas próximas seções, apresentam-se três pesquisas sobre as contribuições para a sociedade pós/pandêmica.

## **PESQUISA 1: SISTEMATIZAÇÃO DE AVALIAÇÃO DE INVESTIMENTO EM PROPRIEDADES AGRÍCOLAS**

Leite (2019) buscou sistematizar uma avaliação sobre os resultados da utilização dos recursos financeiros, provenientes do arrendamento de terras para a instalação de parque eólico, em propriedade agrícola, no Alto Sertão II (AS II), na Bahia.

A energia eólica é fundamental na geração de energias sustentáveis, tendendo a um crescimento acelerado nos países subdesenvolvidos. O Brasil ocupa o primeiro lugar em geração de energia eólica na América Latina e Caribe e oitava posição mundial (GWEC, 2018 *apud* LEITE; WAIANDT, 2019). Esta geração correspondeu a um aumento de 59,9 % ao ano (2005–2019) e representa a segunda posição (cerca de 10% com 602 parques instalados) na matriz elétrica brasileira, sendo que a projeção de geração aponta para a continuidade desse crescimento nas próximas décadas (LEITE; WAIANDT, 2019).

O maior potencial eólico brasileiro situa-se na região semiárida, justamente a de menor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (DHM). Esta região do país é desprovida de investimentos industriais, com condições climáticas desfavoráveis, exigindo investimentos em tecnologia para desenvolvimento da agricultura e agropecuária (SECTI, 2013 *apud* LEITE; WAIANDT, 2019).

Na Bahia, estado que disputa com o Rio Grande do Norte o primeiro lugar em capacidade instalada, são 154 parques com cerca de 1300 aerogeradores. Essas turbinas de geração de energia são implantadas em propriedades privadas, cujos proprietários recebem um valor mensal a título de arrendamento, no valor entre um a dois mil reais por aerogerador (depende do tipo de contrato). A Bahia tem em média uma receita da ordem de R\$ 23 milhões/ano proveniente do arrendamento de terras para implantação desses parques. Se esse volume de recurso fosse aplicado dentro do território, preferencialmente na inovação

tecnológica e melhoria da gestão das propriedades rurais, a instalação de parques eólicos poderia representar um importante vetor de desenvolvimento territorial baiano. Diante deste cenário, a pergunta que se coloca é: Qual o impacto da aplicação dos recursos financeiros provenientes do arrendamento de terras em parques eólicos na gestão e na sustentabilidade das propriedades arrendantes?

Para se aproximar da resposta, realizou-se um diagnóstico sobre a aplicação dos recursos com 59 arrendantes do parque eólico AS II, implantado pela Renova Energia, na região de Caetité, Bahia, no período de 2012 a 2020. A pesquisa deu-se por meio de análise documental, entrevistas semiestruturadas com os agricultores e observação. As entrevistas e a observação participante ainda serão realizadas, pois, por motivo da pandemia, os municípios de Caetité, Pindaí e Igarorã estão com restrição de acesso. Desse modo, houve um ajuste na metodologia e as entrevistas serão realizadas por profissionais da região com amplo conhecimento da área e das famílias, pois trabalhavam na implantação do parque AS II.

Os principais interessados na pesquisa são as empresas de energia eólica que oferecem os programas de arrendamento; os órgãos da gestão pública que promovem políticas de desenvolvimento territorial; e, as organizações de licenciamento ambiental que legislam sobre o território. Em pleno desenvolvimento desta pesquisa, reflete-se sobre as suas contribuições para estes três atores neste momento de pandemia e pós-pandemia, a partir de 3 perspectivas:

- Contribuição para a segurança alimentar das famílias arrendantes de terra e território, por meio da manutenção e ampliação da produção de alimentos, produzidos majoritariamente pela agricultura familiar;
- Fomento de políticas públicas decorrentes da instalação de parques eólicos, de modo que atentem aos impactos dessa instalação na vida das famílias e na gestão dessas propriedades;
- Alerta aos órgãos de licenciamento ambiental da importância de estabelecer condicionantes socioambientais que mitiguem os impactos da instalação de parques de geração de energia nas pequenas propriedades.

A primeira perspectiva centra-se na reflexão sobre a produção agrícola e o risco de segurança alimentar. Percebeu-se, a partir de observações, que os pequenos proprietários que haviam arrendado suas terras para instalação de aerogeradores, recebendo um valor mensal por este arrendamento, estavam abandonando ou reduzindo a produção de alimentos em suas propriedades, a exemplo do que já ocorre, em regiões empobrecidas no México e no Chile, este último, fato observado durante a Residência Social (realizada em agosto de 2019) (LEITE: WAIANDT, 2019). O abandono ou redução da produção dessas propriedades acarreta um risco de comprometimento da segurança alimentar e nutricional dessas famílias e do território.

O risco do comprometimento da segurança alimentar se dá, pois, conforme o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017), no Brasil, 77% dos estabelecimentos agrícolas do país são classificados como de agricultura familiar e empregam mais de 10 milhões



de pessoas (setembro de 2017), o que representa 67% do total de pessoas ocupadas na agropecuária. A agricultura familiar foi responsável por 23% do valor total da produção dos estabelecimentos agropecuários, com participação significativa na produção dos alimentos como café e banana (48%), mandioca (80%), abacaxi (69%) e feijão (42%). Uma redução da produção agrícola nas propriedades rurais nas áreas dos parques eólicos impacta numa menor produção agrícola nas regiões do semiárido nordestino e, conseqüentemente, na diminuição de pessoas empregadas, fragilizando ainda mais o desenvolvimento destes territórios.

A segunda perspectiva está relacionada ao fomento de políticas públicas de apoio à instalação de parques eólicos de modo que atem aos impactos dessa instalação na vida das famílias e na gestão dessas propriedades. Ao se instalarem na região, as companhias eólicas mudam a dinâmica financeira da região. Para aqueles agricultores que vivem na região semiárida do nordeste brasileiro e que arrendaram parte da sua propriedade para a instalação de aerogeradores, o arrendamento representa uma oportunidade de investimento, uma vez que dois dos grandes desafios enfrentados por esses pequenos agricultores foram equacionados: a regularização fundiária e a capitalização.

Apesar desta oportunidade, ainda se observa a manutenção da situação de pobreza na maior parte dessas famílias, conjuntura essa que remonta às origens da posse da terra no Brasil, à ausência de reforma agrária e aos aspectos dela decorrentes: baixa capitalização, falta de acesso a linhas de crédito oficiais, tecnologia inadequada, falta de assistência técnica e desconhecimento de formas de comercialização da produção. O fortalecimento da agricultura familiar no Brasil depende de um conjunto de fatores econômicos, sociais, políticos e culturais que precisam ser concebidos e implementados de forma articulada e concertada. São diversos atores institucionais envolvidos nessa empreitada, mas, sem dúvida, o Estado tem papel fundamental e determinante no fomento das políticas públicas. Os territórios com parques eólicos instalados precisam ser objeto de planejamento conjunto entre as organizações públicas e as empresas operadoras dos parques para a articulação e a concertação de programas e projetos para a potencialização dos seus resultados.

A terceira perspectiva trata dos processos de licenciamento ambiental para a instalação dos parques e busca sensibilizar os órgãos responsáveis por esse licenciamento da importância de estabelecer novas condicionantes socioambientais que mitiguem os impactos da instalação de parques de geração de energia nas pequenas propriedades. Apesar da importância da agricultura familiar para a segurança alimentar territorial, os esforços de avaliação dos impactos da implantação de parques eólicos são focados na dimensão ambiental, notadamente aqueles que determinam a morte de pássaros (aves migratórias) e morcegos, os quais vêm sendo monitorados e estudados e são comuns nas áreas em que sejam implantadas torres com aerogeradores.

Apesar da produção científica sobre o desenvolvimento econômico da implantação dos parques de energia eólica (NASCIMENTO; MENDONÇA; CUNHA, 2012; CAVALCANTI; CANDIDO, 2017 *apud* LEITE, 2019), foram realizados poucos estudos que analisam os impactos sociais destes investimentos econômicos nas propriedades rurais arrendadas para a instalação dos aerogeradores e sua irradiação para o território.

Diante da crise mundial que estamos vivendo em decorrência da pandemia, a qual atinge de forma mais intensa e fatal as populações pobres e desassistidas, pode-se ainda destacar a percepção da importância de iniciativas como esta pesquisa, quando o linguista e pensador norte americano Noam Chomsky (2020a) afirma “esta crise é o enésimo exemplo do fracasso do mercado assim como é ameaça de uma catástrofe ambiental” e que “a crise atual oferece um argumento poderoso em favor da assistência universal à saúde e de reavaliação dos problemas mais profundos de nossas sociedades. O resultado que prevalecerá depende da força da opinião pública despertada” (CHOMSKY, 2020b). É neste contexto de grave crise ambiental que a pesquisa contribui para o despertar da força da opinião pública, num modelo que, ao estabelecer uma relação direta entre agricultores e empresas eólicas intermediada por políticas públicas, pode se constituir em mais uma alternativa à rigidez da lógica atual do mercado, fugindo assim de regras inegavelmente fracassadas, desnudadas pela pandemia, como afirma Chomsky.

A promoção de parques geradores de energia eólica nestas regiões brasileiras pode representar um fator de desenvolvimento territorial em função, principalmente, da possibilidade de convivência com outras atividades econômicas e da receita gerada a partir de pagamento de arrendamento de terras. Todavia, é necessário a concertação entre as políticas públicas, os projetos de investimento social privado das empresas e os projetos de atendimento a condicionantes socioambientais no apoio aos pequenos proprietários, tornando a gestão das propriedades mais eficiente e ambientalmente sustentável.

## **PESQUISA 2: METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO INTEGRATIVA DO IMPACTO DAS TÉCNICAS DE REDUÇÃO DE ESTRESSE**

A pesquisa de Mezzomo (2019) tem o objetivo de desenvolver uma metodologia de avaliação integrativa do impacto das técnicas de redução de estresse em policiais militares da Bahia.

O Programa SKY para a redução do estresse ocupacional da Polícia Militar da Bahia é uma intervenção de manejo de estresse que está sendo conduzida por uma Organização Social na Polícia Militar da Bahia desde 2016. Neste período, teve a participação de mais de 2100 policiais na capital e região metropolitana. Este programa tem um caráter inovador no trato com um público tão complexo – policiais militares –, porque seu modelo de gestão social vai além da intervenção individual e viabiliza, em algumas unidades, mudanças de rotina em prol da adoção de valores, comportamentos e práticas de autocuidado. A organização social responsável pelo programa tem expertise no desenvolvimento desse tipo de intervenção baseada em respiração, expertise esta adquirida com outros públicos, inclusive exércitos na Rússia e Índia, e veteranos de guerra nos Estados Unidos da América. O programa realizado na Polícia Militar baiana, entretanto, ganha destaque, continuidade, escala e desdobramentos institucionais.

O programa envolve um curso de quatro dias consecutivos, com ênfase em técnicas de respiração para o gerenciamento de estresse e melhora do bem-estar geral. A participação é voluntária, a partir de convocação realizada através de canais internos da Polícia, mas requer

autorização e indicação do Comando das unidades, devido ao impacto do curso nas escalas de trabalho. As turmas normalmente são mistas, com oficiais e praças de diferentes postos e graduações, e de unidades de diferentes territórios de Salvador. O ambiente do curso é informal, sem uso de uniformes ou outros sinais indicativos da hierarquia da organização. Para os comandantes que se interessam em levar o programa para todo o seu efetivo, existe o subprograma de “Unidades Modelo”, o qual oferece um acompanhamento especial para a unidade, no sentido de ajudar a implementar a técnica de respiração como parte da rotina da unidade e treinar facilitadores de forma mais aprofundada em temas de saúde mental, autocuidado e cuidado com o outro. Em muitas unidades, esse processo também inclui ajuda na adequação física do espaço de respiração. Atualmente, 14 unidades (entre CIPM, Batalhões, Colégios e Academia de Polícia Militar) estão em processo de implementação do programa.

A principal técnica ensinada nos cursos é a Kryia Yoga (SKY), um tipo de prática de respiração cíclica e controlada que se concentra em vários tipos de exercícios respiratórios. Diferentes estudos sobre o efeito dessa técnica demonstram sua eficácia na redução de estresse, promoção de saúde física e mental e incremento de qualidade de vida em diversas populações. No que se refere especificamente aos efeitos envolvendo policiais e militares, foi verificado que o Sky é efetivo para melhora de sintomas relacionados ao transtorno de estresse pós-traumático, com efeitos agudos e a longo prazo. Para além dos efeitos clínicos do Sky a partir de escalas, a prática também apresentou impactos significativos na alteração de biomarcadores, como a diminuição do cortisol, hormônio associado à reatividade fisiológica ao estresse, aumento da prolactina e melhora do status antioxidante em praticantes.

O contexto de atuação do programa, saúde mental dos policiais militares, vem ganhando bastante destaque na imprensa, seja por causa do custo que os afastamentos representam para a instituição e para o contribuinte, seja pelo alto número de suicídios (em alguns estados, já ultrapassa o número de mortes em combate) e, mais frequentemente, por causa de surtos, uso desproporcional de violência etc.

Estudos apontam que profissionais de segurança pública estão entre os mais afetados por estresse ocupacional, no mundo. Isso também é verdade no Brasil, onde uma série de estudos indicam a prevalência de altos índices de afastamentos e transtornos mentais (SILVA, 2009); violência policial, suicídio (KURTZ; ZAVALA; MELANDER, 2015; STANLEY; HOM; JOINER, 2016); outros sintomas físicos e psicológicos (COSTA; ACCIOLY JÚNIOR; MAIA *et al.*, 2007; ROSSETTI *et al.*, 2008, DANTAS *et al.*, 2010; MINAYO; ASSIS; OLIVEIRA, 2011; LIZ *et al.*, 2014). Ainda que o problema seja concreto e suas consequências sentidas em toda a sociedade, são raras as intervenções e ainda mais raras aquelas documentadas cientificamente.

Diante deste cenário, busca-se responder o seguinte problema: Como avaliar a eficácia de programas institucionais de manejos de estresse baseados em respiração, para além dos benefícios individuais?

Assim, no final de 2018, a pesquisadora tornou-se voluntária no projeto e vivenciou a rotina de cursos e práticas desenvolvidas nas unidades, realizou “diálogos” com os policiais e com

a equipe de voluntários e outras atividades promovidas pela Organização Social. Diferentes de outros estudantes, o objeto de pesquisa tornou-se a própria experiência de Residência Social (RS). Assim, ao invés de realizar a RS em um mês, a pesquisadora completou um ano de imersão no programa, em várias frentes, inclusive realizou uma viagem internacional para Denver, nos EUA, para a apresentação do programa em uma Conferência. A Residência, assim, deixa de ser apenas o local para o levantamento das informações da pesquisa ou do desenvolvimento da tecnologia, mas se transforma em local para o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes do exercício profissional.

Além dessas naturezas, a RS ainda propiciou uma mudança existencial. O que a pesquisadora vivenciou nos cursos e nos contatos com os policiais e com a equipe de voluntários desafiou e enriqueceu, sob vários aspectos, o seu conhecimento sobre responsabilidade social, gestão de projetos e inovação social construídos ao longo de mais de 10 anos de trajetória profissional. Possibilitou também pensar o cuidado e o autocuidado a partir da perspectiva da responsabilidade com o outro.

A observação participante dentro da organização permitiu entender os principais aspectos culturais da organização PM-BA, bem como as subculturas de cada CIPM, Colégio ou Unidade Especializada participante do programa de Unidades Modelo e como elas dialogam com as particularidades de cada território. Do ponto de vista da gestão, foi possível concluir que determinados contextos organizacionais são mais favoráveis à adoção e continuidade do programa e que, sem o compromisso pessoal do comandante, esse tipo de ação torna-se inviável. Para muitos deles, o programa representou a oportunidade ideal para pautar a preocupação e o cuidado com a tropa, temas difíceis de conversar e encaminhar, dentro da instituição. No que toca à pesquisa, um dos principais aprendizados foi perceber que a articulação para a realização de uma pesquisa dessa natureza é profundamente ancorada em uma relação de respeito e confiança, a qual não se estabelece da noite para o dia. Por fim, a experiência levou-a a desafiar os próprios conceitos sobre a instituição e as pessoas.

Paralelamente à abordagem qualitativa, a pesquisadora realizou uma pesquisa quantitativa em uma unidade ativa e uma unidade controle, analisando os impactos individuais (dos policiais militares) no programa a partir de quatro dimensões – ‘Condição’ de ansiedade, ‘Condição’ de qualidade de vida, ‘Condição’ de depressão e ‘Condição’ de estresse, com instrumentos validados; marcadores fisiológicos de estresse: variabilidade cardíaca, avaliação da concentração de cortisol capilar; e relação desses dados com os indicadores das unidades. Esta pesquisa somente foi realizada após a sua aprovação no Comitê de Ética de Pesquisa da Universidade Federal da Bahia, em janeiro de 2020. A ideia inicial era trabalhar com 7 grupos, mas, por causa da pandemia e das medidas de isolamento, a coleta de dados precisou ser interrompida no segundo grupo. Essa aprovação foi uma conquista importante, pois todas as pesquisas com seres humanos desenvolvidas pela universidade precisam ser aprovadas no conselho de ética.

A pesquisa desta experiência na Polícia Militar da Bahia, então, possibilitou a construção colaborativa de um modelo de avaliação de intervenções de prevenção e manejo do estresse baseados em respiração, conciliando os aspectos individuais e organizacionais. Refletindo

sobre este momento de pandemia e pensando no mundo pós-pandêmico, é importante destacar os impactos desta pesquisa para as organizações envolvidas.

O resultado da avaliação do programa de manejo de estresse no contexto de uma instituição da área de segurança pública (complexa, hierarquizada e com uma enraizada cultura organizacional) gera resultado sobre a sua efetividade, desta forma, subsidia informações para a expansão do programa para outros estados e países, impactando milhares de profissionais que enfrentam uma grande responsabilidade de implementação das políticas de segurança pública e que não raro estão à beira do colapso mental.

A determinação das medidas de isolamento social em Salvador durante a pandemia do COVID-19 agravou alguns dos fatores estressores na profissão do policial e trouxe novos contornos a outros. O índice de criminalidade em determinados bairros da cidade aumentou por causa da redução da quantidade de pessoas circulando nas ruas e a rotina de trabalho passou a incluir ações de apoio à implementação das medidas sanitárias. Enquanto a recomendação para a população era ficar em casa, para os policiais, isso significa ficar nas ruas, portanto, expostos e, muitas vezes, sem os equipamentos de proteção adequados. Os afastamentos por causa da suspeita ou do contágio da COVID-19 geraram uma pressão adicional aos policiais não afastados, com aumento das jornadas de trabalho e mudanças de escala. O contágio e morte dos colegas e familiares também foi relatado como fator de estresse e ansiedade.

Este contexto, o qual não se restringe somente a Salvador ou ao estado da Bahia, impactou instituições no Brasil e no mundo, policiais ou não. Para algumas delas, a pandemia tornou fundamental a adoção de medidas de manejo de estresse. Neste sentido, a organização social já foi demandada a oferecer programas em departamentos de polícia nos Estados Unidos, além de programas específicos para trabalhadores na área de saúde que estão no enfrentamento direto da COVID-19. Desta forma, a pesquisa confirma a confiabilidade dos resultados do programa na manutenção do equilíbrio emocional dos policiais, principalmente neste momento de tantas complexidades. Sem a sua devida avaliação, não seria confiável a sua reaplicação. As intervenções baseadas em respiração mostram-se uma alternativa eficiente e viável para prevenir e mitigar os efeitos do estresse não só no contexto da segurança pública, mas em outras áreas da gestão pública.

### **CASO 3: METODOLOGIA OCA DE GESTÃO PARA ORGANIZAÇÕES CULTURAIS POPULARES**

Entre os atores do campo da cultura estão aquelas pequenas organizações que atuam nas favelas, quilombos, aldeias, nas grandes e pequenas brasileiras, criando, difundindo e salvaguardando cultura. Refere-se àquelas iniciativas que estão nos chamados “meios populares” e que se organizam sob as mais diversas formas: bibliotecas comunitárias, cineclubes, museus comunitários, coletivos, associações culturais, entre outras. Esses grupos são capazes de integrar cultura e vida social em seus territórios, descentralizam a produção de bens culturais e colocam aqueles que estão à margem da estrutura social como protagonistas

dos fazeres culturais. São, portanto, fundamentais para a ampliação da democracia cultural no Brasil.

Em sua pesquisa, Itã (2019) propõe o termo Organizações Culturais Populares (OCP) para se referir a essa diversidade de grupos que têm em comum não uma forma de expressão cultural (indo além da compreensão mais estrita de cultura popular), mas, sim, a posição que ocupam na estrutura social, a forma coletiva de fazer a sua gestão e a utilidade social que têm para os seus territórios. O processo de pesquisa em desenvolvimento analisa criticamente o fenômeno de imposição de instrumentos e a visão empresarial sobre essas iniciativas culturais (BRANT, 2004; CARVALHO, 2006; HOLANDA, 2011; SANTOS, 2016; XAVIER, 2016) e propõe uma metodologia de gestão que seja feita a partir das peculiaridades e dos sentidos do organizar desses grupos.

Dessa forma, o trabalho tem um duplo objetivo: compreender a gestão no âmbito das iniciativas culturais a partir de um olhar substantivo sobre essas experiências e construir uma proposta metodológica para a avaliação da gestão de Organizações Culturais Populares. Trata-se de uma proposição que se situa em um terreno delicado, pois está entre dois campos marcados pela hegemonia da visão gerencialista e positivista: o da Gestão e o da Avaliação.

Para resolver este desafio, adotou-se abordagens que problematizam os paradigmas dessas duas áreas e propõem outros caminhos de construção do conhecimento sobre gestão e sobre avaliação. A primeira é a noção de Gestão Social, a qual se consolida enquanto campo que visa construir uma gestão baseada em uma lógica substantiva, visando o interesse público e social, em detrimento de interesses estritamente monetários e privados (ARAÚJO, 2014). A segunda é construída pelas abordagens construtivistas e pluralistas da Avaliação, as quais propõem o rompimento da supremacia da visão gerencial, do paradigma positivista, da dependência do quantitativo e da incapacidade de acomodar o pluralismo de valores nos processos avaliativos (KANTORSKI *et al.*, 2009; GUBA; LINCOLN, 2011; PARLETT; HAMILTON, 1982; HOUSE; HOWE, 2000; BOULLOSA; TAVARES, 2009, entre outros).

Contando com tais referências, a pesquisa trilhou um processo de interação do pesquisador com membros de Organizações Culturais Populares e com apoiadores/pesquisadores desse campo para coconstruir o conteúdo da metodologia: dimensões e indicadores que espelham os pontos essenciais da gestão de uma OCP, para além de um olhar estritamente econômico e instrumental

A metodologia de avaliação resultante desse trabalho, chamada Ocas Populares, utiliza-se da metáfora da “oca” (forma genérica que se usa para se referir às construções tradicionais indígenas, mas que também pode ser conhecida como óga, maloca, *shabono*, *kijeme*, entre outros, a depender do povo e sua língua) para argumentar que uma Organização Cultural Popular é, para a sua comunidade, o que uma oca é para a sua aldeia. A partir dessa imagem, a dinâmica criada pela metodologia estimula que os próprios membros de uma iniciativa cultural possam dialogar e discutir a sua gestão e sua atuação local, avaliando a sua “oca popular” a partir de temas geradores, como, por exemplo, a construção/transmissão de

conhecimento, a relação com o ambiente, a disponibilidade de recursos, a participação política, a relação entre os membros, entre outras questões tão importantes para esses grupos.

Assim, trata-se de uma metodologia de autoavaliação (e não avaliação externa), baseada na dialogicidade/reflexividade e que funciona como uma facilitadora de processos coletivos de avaliação e de aprendizagem.

As OCP vêm passando, nos últimos anos, por um cenário de redução do investimento público, atingindo, de diferentes formas, todos os atores do campo da cultura. A extinção do Ministério da Cultura e o direcionamento que o atual Governo Federal vem dando à política cultural não permite um olhar mais animador sobre o apoio a tais iniciativas, as quais vêm encontrando sérias dificuldades para se manterem atuantes. Questões como a intolerância à religião e às referências afro-brasileiras (ROSAS, 2015; BENEDITO, 2006), a dificuldade de passagem intergeracional (SILVA, 2016) e o avanço do neoconservadorismo e da intolerância são pontos críticos com os quais os atores do campo da cultura se deparam.

Este cenário tornou-se mais pessimista com as consequências graves e imprecisas da pandemia do Novo Coronavírus, as quais impactam, especialmente, essas pequenas iniciativas que lidam com a realização de festejos tradicionais, rituais religiosos, feiras, eventos locais e outras atividades, cujo objetivo é justamente aglomerar pessoas em torno de um fazer cultural.

O Ocas Populares é um instrumento que, diante desse contexto crítico, contribui para a resistência de Organizações Culturais Populares, entendendo que elas são importantes pelo papel social que cumprem, ainda que estejam à margem das políticas e do próprio conhecimento em gestão. O fortalecimento de uma OCP significa contribuir para a salvaguarda de patrimônios culturais, para a democratização do acesso à cultura e para a possibilidade de criação de bens e serviços culturais em milhares de comunidades no Brasil. No atual cenário crítico pelo qual todo o setor cultural vem passando, especialmente aquelas organizações autogestionadas e sem finalidade lucrativa, é importante que haja instrumentos que contribuam para que iniciativas populares construam aprendizados e vislumbrem caminhos para que possam melhor organizar a sua resistência.

Desta forma, o Ocas Populares contribui para que Organizações Culturais Populares reflitam sobre si, percebendo que as Organizações Culturais Populares são como ocas: feitas com o que é local, por quem é local e capazes de resistir.

## **DEBATE E CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo apresentou as contribuições das pesquisas dos estudantes no âmbito do MIPDGS para a resolução de problemas na sociedade pós/pandêmica, por meio da descrição do itinerário metodológico do MPIDGS e da apresentação de três pesquisas sobre a construção das tecnologias de gestão social e seus impactos na sociedade. Refletindo sobre a relevância e a inserção social destas pesquisas na sociedade pós/pandêmica e fundamentado nas pesquisas de Buckland e Murillo (2013), gostaríamos de discutir quatro finalidades destas

tecnologias: o impacto e transformação social, a colaboração intersetorial, o tipo de inovação e a escalabilidade e reaplicabilidade.

As tecnologias propostas por Leite (2019), Mezzomo (2019) e Itã (2019) foram demandadas a partir de problemas de sua atuação profissional e possuem impacto em seus territórios – Alto do Sertão, Polícia Militar da Bahia e Organizações Culturais Populares baianas –, trazendo uma transformação: na forma de gerenciar propriedades agrícolas e planejar políticas públicas; no cuidado da saúde e, conseqüentemente, na atuação de policiais militares neste período de pandemia e pós-pandemia; e, na gestão e sustentabilidade de organizações culturais populares.

Os resultados da utilização dos recursos financeiros, provenientes do arrendamento de terras para a instalação de parque eólico, em propriedades agrícolas do semiárido baiano (LEITE, 2019) contribuem para: a segurança alimentar do território na medida em que se divulgam os dados da avaliação para os atores interessados e sensibilizam os proprietários de terra sobre as possibilidades de mudança da política pública e da tecnologia aeorogeradora; para o fomento de políticas públicas que abarquem os interesses desses proprietários de terra que representam parte importante da produção de alimento no território; e, para o estabelecimento de condicionantes socioambientais pelos órgãos de licenciamento ambiental que mitiguem os impactos da instalação de parques de geração de energia nas pequenas propriedades.

Os resultados da avaliação integrativa do impacto das técnicas de redução de estresse em policiais militares da Bahia (MEZZOMO, 2019) contribui para a efetividade do programa na medida em que subsidia informações (confirmando sua confiabilidade) para a sua expansão para outros estados e países, podendo impactar milhares de profissionais que enfrentam uma grande responsabilidade de implementação das políticas de segurança pública e que, não raro, estão à beira do colapso mental.

Os resultados da construção de uma proposta metodológica para a avaliação da gestão de Organizações Culturais Populares, a partir das peculiaridades e dos sentidos do organizar desses grupos (ITÃ, 2019), contribuem para a manutenção e resistência destas organizações que gerem a salvaguarda de patrimônios culturais, democratizam o acesso à cultura e possibilitam a criação de bens e serviços culturais em milhares de comunidades no Brasil.

A colaboração intersetorial é uma realidade em cada uma das tecnologias desenvolvidas quando se integram diferentes atores (organizações) interessados na resolução dos problemas construídos. Leite (2019) interage com gestores das empresas dos parques eólicos, com proprietários rurais do semiárido, com técnicos agrícolas do território e representantes governamentais para resolver seu problema e construir a metodologia de avaliação. Mezzomo (2019) interage com a organização da sociedade civil promotora da intervenção, com policiais militares e com a própria organização pública para construir sua metodologia de avaliação do programa. Itã (2019) interage com professores especialistas e com gestores e participantes de organizações culturais populares para a construção de sua metodologia de avaliação. Percebe-se que os atores interessados são fonte de conhecimento para a construção colaborativa das tecnologias propostas.



As tecnologias possuem média complexibilidade, na medida em que as soluções propostas relacionam diferentes tipos do conhecimento e diferentes atores para a sua resolução. Desenvolvimento territorial e gestão da propriedade rural, modelo de avaliação e saúde mental, e modelos de avaliação e gestão social são conhecimentos que interagem para a construção das tecnologias propostas. O relacionamento destes conhecimentos com as práticas metodológicas que promovem uma reintegração de saberes dos atores sociais contribui para a construção de conhecimento interdisciplinar sobre a gestão social e o desenvolvimento territorial em diferentes contextos. Esta interação extrapola os limites da disciplinaridade, além de proporcionar novos tipos de conhecimentos.

A maioria das tecnologias produzidas no âmbito do PDGS é aberta, isto é, os atores e demais interessados têm liberdade para reaplicar a solução encontrada sem restrições. Todas as dissertações são divulgadas na página do programa, na universidade federal. Além disso,, as tecnologias propostas podem ser transmitidas a outras organizações em escala nacional, apesar de serem construídas no âmbito regional. Os parques eólicos são a solução energética que mais cresce no Brasil e no mundo (LEITE, 2019). A tecnologia de Mezzomo (2019) foi demandada por organizações de segurança pública dos Estados Unidos, após participação da estudante em um congresso internacional. A metodologia de Itã (2019) oferece solução para organizações de todo o país, principalmente em comunidade do interior que promove a democratização da cultura popular. Em síntese, as três pesquisas apresentadas trazem contribuições importantes para a sociedade pós/pandêmica e colaboram para resolver problemas territoriais para o desenvolvimento territorial.

## NOTA

1 Submetido à RIGS em: set. 2020. Aceito para publicação em: dez. 2020.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, E. T. Gestão social. In: BOULLOSA, R. F. (Org.). **Dicionário para a formação em gestão social**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 85-90.

BENEDITO, J. C. Religiões e religiosidades populares: o conflito religioso e a simbiose de ritos e performances entre neopentecostais e afro-brasileiros. **Universitas Humanística**, n. 61, p. 231-253, 2006.

BERTERO, C; CALDAS, M; WOOD JR. Produção científica em administração de empresas: provocações, insinuações e contribuições para um debate local. **RAC**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 147-178, 1999.

BOULLOSA, R.; TAVARES, E. **Avaliação e monitoramento de projetos sociais**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

BRANT, L. **Mercado cultural**: panorama crítico e guia prático para gestão e captação de recursos. São Paulo: Escrituras Editora/Instituto Pensarte, 2004.

BRASIL. MEC. CAPES. DAV. **Documento da Área. Área 45**: Interdisciplinar. (2019). Disponível em: <[https://www.capes.gov.br/images/Documento\\_de\\_%C3%A1rea\\_2019 / INTERDISCIPLINAR.pdf](https://www.capes.gov.br/images/Documento_de_%C3%A1rea_2019_INTERDISCIPLINAR.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2020. LEGISLAÇÃO.

BRASIL. MEC. **Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. PORTARIA NORMATIVA No - 17, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2009**. Diário Oficial da União – Seção 1, nº 248, terça-feira, 29 de dezembro de 2009, p. 20-21. LEGISLAÇÃO.

CARVALHO, C. A. P. **Outras formas organizacionais**: o estudo de alternativas ao modelo empresarial na realidade brasileira. Porto Alegre: Projeto Procad/CNPq, 2006.

CHOMSKY, N. **Entrevista à jornalista Valentina Nicodi publicada em 24.03.2020 no portal do Instituto Humanitas Unisinos**. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br>>. Acesso em: 26 maio 2020a.

CHOMSKY, N. **Entrevista publicada em 28.03.2020 no portal da GGN**. Disponível em: <<https://www.jornalggn.com.br>>. Acesso em: 26 maio 2020b.

COSTA, M.; ACCIOLY JÚNIOR, O.; MAIA, E. Estresse: diagnóstico dos policiais militares em uma cidade Brasileira. **Revista Panamericana de Salud Publica**, v. 21, n. 4, p. 217-222, 2007.

DANTAS, M. A. *et al.* Avaliação de estresse em policiais militares. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 12, n. 3, p. 66-77, 2010.

FISCHER, T. *et al.* Residência Social, Desenvolvimento de Territórios e Interorganizações. In: Encontro Nacional de Estudos Organizacionais da ANPAD, 4., 2006, Porto alegre/RS. **Anais...** Porto Alegre/RS: ANPAD, 2006. p. 1-4.

FISCHER, T. Gestão Social do Desenvolvimento de Territórios. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, v. 2, n. 1, p. 113-120, jan./abr. 2012.

FISCHER, T.; MELO, V. P.; SCHOMMER, P. C.; BOULLOSA, R. Simultaneamente Interdisciplinar e Profissional: Desafios do Programa de Desenvolvimento e Gestão Social da UFBA. In: PHILLIPPI JUNIOR, A.; SILVA NETO, A. J. (Org.). **Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & Inovação**. Vol. 1. 1. ed. Brueri-SP: Manole, 2010. p. 607-629.

GUBA, E. G.; LINCOLN, Y. S. **Avaliação de quarta geração**. Trad. Beth Honorato. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

HOLANDA, L. A. **Resistência e apropriação de práticas do management no organizar de coletivos da cultura popular**. 2011. 249 f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Pernambuco,

Recife, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/594>>. Acesso em: 02 jul. 2019.

ITÃ, I. **Ocas populares**: um desenho de avaliação substantiva para organizações culturais populares. 38 f. Projeto de Qualificação (Mestrado Interdisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social) – Programa de Desenvolvimento e Gestão Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

KANTORSKI, L. P. *et al.* Avaliação de quarta geração: contribuições metodológicas para avaliação de serviços de saúde mental. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 13, p. 343-355, 2009.

KURTZ, D.; ZAVALA, E.; MELANDER, L. The Influence of Early Strain on Later Strain, Stress Responses, and Aggression by Police Officers. **Criminal Justice Review**, 40, p. 190-208, 2015.

LEITE, S. O. **Um Sopro na Energia Rural**: Capacitação de arrendantes de terras para a gestão das propriedades rurais. 2019. 11 f. Projeto de Qualificação (Mestrado Interdisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social) – Programa de Desenvolvimento e Gestão Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

LEITE, S.; WAIANDT, C. Investimentos do Arrendamento de Terras para a Instalação de Aerogeradores na Produção Agrícola: a experiência da Residência Social no Chile. In: CIIERD – Congresso Internacional Interdisciplinar em extenso Rural e Desenvolvimento, 2., 2019, Brasil. **Anais...** Brasil, Ceará: Cariri, dez. 2019, p. 04-07.

LIZ, C. M. *et al.* Características ocupacionais e sociodemográficas relacionadas ao estresse percebido de policiais militares. **Revista Cubana de Medicina Militar**, v. 43, n. 4, p. 467-480, 2014.

MAIA, D. B. *et al.* Post-traumatic stress symptoms in an elite unit of Brazilian police officers: prevalence and impact on psychosocial functioning and on physical and mental health. **Journal of Affective Disorders**, v. 97, n. 1-3, p. 241-245, 2007.

MASCARENHAS, A. O.; ZAMBALDI, F.; MORAES, E. A. Rigor, relevância e desafios da academia em Administração: tensões entre Pesquisa e Formação Profissional. **RAE, São Paulo**, v. 51, n. 3, p. 265-279, maio/jun. 2011.

MENDONÇA NETO, O. R.; VIEIRA, A. M.; OYADOMARI, J. C. T. Notas sobre o Rigor-Relevance Gap no Contexto do Mestrado Profissional. **Administração: Ensino e Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 122-146, jan./abr. 2019.

MEZZOMO, M. F. **Avaliação dos Impactos Organizacionais de um Programa de Gerenciamento de Estresse**: a experiência da Polícia Militar da Bahia. 2019. 29 f. Projeto de Qualificação (Mestrado Interdisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social) – Programa de Desenvolvimento e Gestão Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S. G.; OLIVEIRA, R. V. C. Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 4, p. 2199-2209, 2011.

PARLETT, M.; HAMILTON, D. Avaliação Iluminativa: uma nova abordagem no estudo de programas inovadores. In: GOLDBERG, M. A. A.; SOUSA, C. P. (Org.). **Avaliação de programas educacionais: vicissitudes, controvérsias, desafios**. São Paulo: EPU, 1982. p. 38-45.

RAMOS, G. **A nova ciência das organizações**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1989.

ROSAS, N. “Dominação” evangélica no Brasil: o caso do grupo musical Diante do Trono. **Contemporânea**, v. 5, n.1, p. 235-258, 2015.

ROSSETTI, M. *et al.* O inventário de sintomas de stress para adultos de Lipp (ISSL) em servidores da Polícia Federal de São Paulo. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, v. 4, n. 2, p. 108- 120, 2008.

SANTOS, E. C. **Práticas e relações de trabalho da cultura popular no Agreste pernambucano: entre o moderno e o tradicional**. 2016. 250 f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/9382/2/arquivototal.pdf>>. Acesso em: 7 out. 2019.

SCHOMMER, P. C.; FRANÇA FILHO, G. C. A metodologia da Residência Social e a aprendizagem em comunidade de prática. **NAU – Revista Eletrônica da Residência Social do CIAGS/UFBA**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 203-226, jun./nov. 2010.

SILVA, V. C. F. **A transmissão intergeracional das lembranças familiares e da história coletiva: um recurso presente no congado de São Miguel do Anta, MG**, 2016. 197 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) – Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2016. Disponível em: <<https://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/8362/texto%20completo.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 5 ago. 2019.

STANLEY, I.; HOM, M.; JOINER, T. A systematic review of suicidal thoughts and behaviors among police officers, firefighters, EMTs, and paramedics. **Clinical Psychology Review**, Florida State University, v. 44, p. 25-44, 2016.

WAIANDT, C.; DAVEL, E. **Slides sobre Metodologias de Pesquisa e Intervenção no Mestrado de Desenvolvimento e gestão Social**. Salvador, BA, 2002.

XAVIER, M. C. A representação de organização no discurso da política nacional de cultura viva. In: Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais. 4. 2016, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 2016. Disponível em: <<https://anaiscbeo.emnuvens.com.br/cbeo>>. Acesso em: 17 out. 2019.

**Claudiani  
Waiandt**

Possui graduação e mestrado em Administração pela Universidade Federal do Espírito Santo e doutorado em Administração pela Universidade Federal da Bahia. Atualmente, é professora associada da Universidade Federal da Bahia e pesquisadora do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social (CIAGS) e do Programa de Estudo, Pesquisa e Formação em Política e Gestão de Segurança Pública (PROGESP). Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Educação e Aprendizagem em Administração e Metodologia de Pesquisa & Inovação, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino e aprendizagem, metodologia de pesquisa e inovação, gestão organizacional, gestão social, empreendedorismo e estudos organizacionais.

**Solange  
Oliveira Leite**

É pedagoga pela UFBA, especialista em Leitura e Linguagem pela UEFS e em Gestão do Desenvolvimento Territorial pela UFBA. Mestranda em Desenvolvimento e Gestão Social na UFBA. É professora universitária, gestora de Programas de Investimento Social Privado em empresas de energia eólica e de Projetos Sociais para juventude. Atualmente, é Coordenadora Nacional de Inserção Laboral Programas de Formação e Inserção Laboral do Instituto Aliança.

**Iago Itã de  
Almeida  
Pereira**

É graduado em Gestão Pública e Gestão Social e mestrando em Desenvolvimento e Gestão Social pela UFBA. Atua no campo da gestão cultural, em projetos ligados a culturas populares e manifestações tradicionais. É técnico do núcleo de produção cultural da Escola de Teatro da UFBA e membro da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária da Federal da Bahia.

**Mayra Ferreira  
Mezzomo**

É graduada em Produção Cultural pela UFBA, especialista em Gestão da Inovação Social pelo Instituto AMANI e mestranda em Desenvolvimento e Gestão Social pela UFBA. Possui 10 anos de experiência em comunicação corporativa, responsabilidade social e gestão de projetos sociais. É consultora de inovação social. Desde 2018, coordena o Prêmio Juntas Transformamos do Instituto Avon, uma iniciativa que reconhece, premia e capacita mulheres que trabalham com o enfrentamento à violência contra a mulher no Brasil. Também é consultora do programa de Aceleração e Inovação de Impacto, realizado pela ANPROTEC em parceria com o ICE e o SEBRAE.